



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada *Jandira Feghali* – PCdoB/RJ

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Da Sr.^a Jandira Feghali)

*Solicita informações ao Ministro da Defesa,
Raul Jungmann.*

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas ao Ministro da Defesa, Raul Jungmann, as seguintes informações:

1. Quais os resultados das operações militares e missões de Garantia da Lei e da Ordem realizadas no estado do Rio de Janeiro nos últimos 5 anos?
2. Do total das operações e missões elencadas no item 1, quantas foram realizadas em favelas e quais os resultados obtidos?
3. Que instrumentos jurídicos e legais foram utilizados nessas ações?
4. Quantos planos integrados de segurança foram feitos nos últimos 18 meses, que orçamento foi destinado a elaboração desses planos?
5. Quantos planos de segurança foram executados nos últimos 18 meses?
6. Qual o valor total de investimentos federais em ações de inteligência e investigação nos anos de 2016 e 2017 e quais resultados foram obtidos?
7. Ainda sobre as ações elencadas no item 1, qual o total de vítimas civis e das forças de segurança e militares?
8. Quantas denúncias de violação de direitos humanos chegaram ao conhecimento deste Ministério durante tais ações? Quais as iniciativas tomadas mediante tais denúncias?
9. Qual o tempo decorrido entre o recebimento da denúncia e a instalação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar?



JUSTIFICAÇÃO

Publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de fevereiro, o Decreto n.º 9.288, determina a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de janeiro de 2018. O objetivo alegado é “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública”.

Os fatos que precederam a intervenção federal no Rio de Janeiro são fundamentais para que consigamos nos posicionar em relação à efetividade da medida. Observo em meu Estado a indignação com a orfandade e inépcia dos governos locais, e com a realidade econômica e social pessimamente conduzida pelo governo do Estado e agravada pela própria ineficácia da política econômica nacional. Com todos esses fatores e acuado numa pauta impopular da reforma da previdência, sem unidade no seu campo e sem candidatura viável para 2018, Temer faz do Rio de Janeiro um laboratório de uma jogada política. Uma jogada que envolve muitas facetas e, por isso, muitos riscos para o país e para o povo. Neste contexto, é fundamental que tenhamos acesso ao histórico das operações e missões de Garantia e da Ordem no Rio de Janeiro.

A Constituição Federal é clara ao determinar os casos em que deve se dar uma intervenção federal e o Rio de Janeiro não se enquadra em nenhum deles. Mas, se fosse o caso, a sociedade deveria ter conhecimento do histórico que levou ao Decreto. Deveria saber os motivos que levaram as operações e missões de Garantia da Lei e da Ordem ao fracasso, já que a intervenção é agora uma realidade. Mais do que isso, deveria saber que fundamentos levaram este governo a esperar que a intervenção terá resultado positivo.

Sem acesso a tais informações, a intervenção não passa de um engodo. Os exemplos de ineficácia são muitos, principalmente nas favelas, onde os direitos e garantias constitucionais dos cidadãos são violados diariamente pelas forças de segurança. Há grande responsabilidade do governo federal na situação do Rio de Janeiro e de outros Estados, onde os índices de violência são até maiores. Corte de recursos e investimentos, falta de prioridade no combate ao mercado clandestino de armas e drogas e detecção dos mandantes na lavagem de dinheiro, aumento da desigualdade social, ausência de investimento na



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada *Jandira Feghali* – PCdoB/RJ

juventude, estrangulamento financeiro do país, crise econômica. O pouco preparo e saneamento das corporações policiais, pouco uso da inteligência, são fatores de profundo agravamento do quadro, entre outros.

Não é surpresa que a maioria da população fluminense neste momento apoie a intervenção. Pelo desespero e medo do dia a dia vivido nos seus bairros e favelas, agravados, principalmente, pela falta de informações precisas sobre a realidade das ações de segurança pública.

Com o objetivo de contribuir para a devida transparência das ações deste Ministério e de seus resultados, e também como forma de exercer o legítimo papel da Casa Legislativa na fiscalização democrática, pedimos tais esclarecimentos. Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.

Deputada JANDIRA FEGHALI

PCdoB/RJ